

OS TRABALHADORES MERECEM CONDIÇÕES DE VIDA DIGNAS

OS PORTUGUESES MERECEM SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE

1

Os trabalhadores da Administração Pública estão a viver um momento particularmente grave, com um substancial agravamento, ao longo dos últimos anos, das suas condições de vida e de trabalho.

Por isso, lutam, designadamente:

- . Por salários e pensões dignos, contra o congelamento e a sua diminuição real;
- . Pela estabilidade laboral, contra a destruição do vínculo de nomeação e a introdução da possibilidade de despedimentos;
- . Por um sistema de avaliação justo e exequível, contra o injusto e irracional sistema de quotas do SIADAP;
- . Pela reposição dos direitos retirados na aposentação;
- . Pela contagem de todo o tempo de serviço;
- . Contra a destruição das carreiras profissionais, a polivalência e a mobilidade especial;
- . Contra o congelamento de acordos negociados com diversas entidades públicas;
- . Contra a externalização e a privatização de serviços públicos – de acordo, aliás, com a Constituição da República – e inerente degradação destes serviços.

As continuadas e brutais alterações negativas na legislação da AP e suas nefastas consequências, resultantes da implementação do Plano de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), configuram um retrocesso social e civilizacional, que põe em causa os direitos dos trabalhadores da Administração Pública e o Estado democrático. Só a luta consciente e abnegada dos trabalhadores e dos seus sindicatos de classe, por melhores condições de vida e de trabalho, impediu uma ainda maior degradação da situação social que hoje se vive.

Conscientes da profunda interligação existente entre a luta pelos nossos direitos e a defesa das funções sociais a que o Estado está constitucionalmente obrigado, não vamos desistir de lutar pelos direitos adquiridos, arduamente conquistados ao longo de décadas de luta, e por uma AP de qualidade ao serviço do povo português. Neste campo, a reivindicação salarial é uma das frentes de luta a encarar com determinação.

Com efeito, não é com a redução do poder de compra dos trabalhadores e o aumento das desigualdades sociais a ele associadas que se recuperará a economia do país. A crise do capitalismo não se vence atirando o seu peso para as costas dos trabalhadores e, nomeadamente, dos trabalhadores da AP, como defendem concertadamente (embora em aparente contradição, em aspectos secundários) o PS, o PSD e o CDS.

Ao contrário do que afirmam estas forças defensoras da política de direita, a saída da crise só é possível com a melhoria das condições de vida e de trabalho, designadamente dos trabalhadores da Administração Pública, e com o reforço do investimento público em actividades que potenciem o desenvolvimento

económico nacional e a prestação de serviços públicos de qualidade à população – designadamente, na Educação, na Segurança Social, na Saúde e na Justiça.

A redução contínua dos salários reais na AP, nos últimos 11 anos, acompanhada da retirada de direitos e da diminuição do emprego – o que também se traduz numa diminuição das receitas do Estado em impostos – demonstra com clareza que, ao contrário do que afirmavam os seus defensores, também o país ficou mais pobre, agravando-se a sua situação económica.

Em contrapartida, o sector financeiro é acarinhado pelo governo, que lhe atribui chorudas benesses, e continua a apresentar lucros escandalosos – basta lembrarmo-nos dos 20.000 milhões de euros postos à disposição da Banca, dos cerca de 4.500 milhões “enterrados” no BPN, ou dos lucros dos 5 maiores bancos, no ano de 2009, a atingirem 1.725 milhões, enquanto a taxa efectiva de imposto pago pela Banca em 2009 foi de 4,3% (a generalidade das empresas paga de IRC e derrama 26,5%).

Até o financiamento do Banco Central Europeu ao Estado português tem de passar pelos bancos, que desse processo tiram gordas comissões, contribuindo assim para o aumento da dívida pública. Também as empresas que prestam serviços essenciais às populações e foram anteriormente privatizadas acumulam lucros brutais (EDP: 1204 milhões e PT: 683 milhões, em 2009), continuando a usufruir de escandalosos benefícios fiscais e, ao mesmo tempo, a aumentar o custo dos seus serviços, que agravam ainda mais as condições de vida das famílias portuguesas.

Por outro lado, o governo não reduz os desperdícios existentes na Administração Pública: por exemplo, na aquisição de serviços que podem ser efectuados internamente (estudos, auditorias, pareceres jurídicos, etc.); na frota automóvel; nas despesas de representação; ou na externalização de serviços.

Cai assim pela base o estafado e desacreditado argumento dos sacrifícios para todos. E a distribuição do rendimento nacional não deixa dúvidas: a percentagem dos salários no PIB subiu de 47,4%, em 1973 (último ano do fascismo), para 59% em 1975, desceu para 35% em 2005 e desceu ainda mais em 2009, para 34,1%.

2

Tendo em conta esta realidade, a Proposta Reivindicativa Comum para 2011, que a Cimeira acaba de aprovar, consagra reivindicações que vão além da vertente directamente pecuniária.

Também se constata que o governo não respeita o quadro legal da negociação previsto na Lei 23/98, de 26/5, e impõe, com os PEC e o OE, cortes nos salários e pensões e nos direitos, ao mesmo tempo que utiliza uma postura de (falsa) negociação para enganar a opinião pública sobre os seus objectivos e métodos.

A Frente Comum continuará a exigir e a lutar por uma verdadeira negociação, nomeadamente no que respeita à matéria salarial e restantes prestações pecuniárias, matéria que terá de ser negociada em primeiro lugar.

Em defesa destes objectivos, a Frente Comum decidiu reforçar o seu empenho na mobilização dos trabalhadores da Administração Pública para participarem massivamente nas **Manifestações convocadas pela CGTP-IN, no próximo dia 29, pelo Emprego, Salários e Serviços Públicos e Contra a desemprego e as injustiças.**

E decidiu ainda:

- . Dar um contributo activo ao desenvolvimento da luta, através de uma forte participação dos seus Sindicatos no Plenário de Sindicatos convocado para 1 de Outubro, pela CGTP-IN;

- . Convocar um **Plenário de dirigentes, delegados e activistas sindicais para a 2.ª quinzena de Outubro**, em local, dia e hora a determinar;
- . Acompanhar os processos de luta em desenvolvimento e apresentar nesse Plenário um calendário com as novas formas de luta necessárias para combater os ataques anti-trabalhadores do governo, o que poderá passar pela realização de greves.

3

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública saúda calorosamente as lutas desenvolvidas pelos trabalhadores portugueses e, em especial, pelos trabalhadores da Administração Pública – administração central, administração local (de que se destaca a participada greve de há dois dias), professores, enfermeiros, polícias, estabelecimentos fabris das forças armadas, entre outros – em defesa dos seus direitos e contra a política de direita de desastre nacional.

Só o aprofundamento da luta dos trabalhadores permitirá estancar o agravamento brutal das condições de vida dos trabalhadores e das camadas desfavorecidas da população e perspectivar a sua inversão.

A luta vai continuar...

FCSAP